



## RCBE

### Registo Central do **BENEFICIÁRIO EFFECTIVO** nas Empresas

Registo Central do Beneficiário Efectivo



### O que é o Registo Central do Beneficiário Efectivo?

O RCBE é uma base de dados com informação

suficiente,  
exacta  
e  
actual

sobre a pessoa, ou peçoas singulares que,

ainda que de forma indirecta ou através de terceiro,

detêm a propriedade ou o controlo efectivo das entidades a ele  
sujeitas.

Registo Central do Beneficiário Efectivo



## Quadro Legal

- Directiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e Conselho de 20/05  
(prevenção e combate ao branqueamento de capitais e combate ao terrorismo)
- Lei nº 83/2017 de 18/08  
(medidas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo)
- Lei nº 89/2017 de 21/08  
(aprovou o regime jurídico do RCBE e criou o mesmo)
- Portaria nº 233/2018 de 21/08  
(regulamenta o acesso e funcionamento do RCBE)

Registo Central do Beneficiário Efectivo



## O que se visa com o RCBE?

Em suma:



# Dar uma Cara ao Dinheiro!

saber a quem de facto pertence e quem de facto controla o dinheiro

Registo Central do Beneficiário Efectivo



## O que se visa com o RCBE?

O RCBE é um pilar essencial no combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Assim, com o RCBE pretende-se habilitar as autoridades competentes dos diversos Estados-Membros com

**informações exatas e atualizadas sobre o beneficiário efetivo,**

como **fator essencial para rastrear os agentes do crime,**

que, de outro modo,  
poderão dissimular a sua identidade numa estrutura societária.

*In Considerando 14 da [Directiva \(UE\) 2015/849 do Parlamento Europeu e Conselho de 20/05](#)*

Registo Central do Beneficiário Efectivo



## O Registo Interno da Sociedade

Com a Lei 89/2017 de 21/08 as sociedades passaram a estar obrigadas a partir de 19/11/2017 a ter um registo interno actualizado dos:

- (i) sócios, com discriminação das respectivas participações sociais;
- (ii) dos beneficiários efectivos.

Sanção pelo incumprimento:

**Coima entre € 1.000,00 e € 50.000,00.**

Registo Central do Beneficiário Efectivo



## Obrigações do Sócio da Sociedade

Os sócios passaram a estar obrigados a informar a sociedade

**no prazo de 15 dias**

de qualquer **alteração dos seus elementos de identificação.**

Podendo a sociedade interpelar o sócio para que este, no prazo de 10 dias, proceda à actualização desses elementos.

Sanção pelo incumprimento:

**Amortização da Participação Social**

Registo Central do Beneficiário Efectivo



## Quem tem obrigação de fazer a declaração para registo do beneficiário efectivo?

### Administração ou Gerência



A declaração dos órgãos de administração pode ser feita através de:

- Advogado;
- Notário;
- Contabilista Certificado;

**Que, nestes casos, agem sempre em representação da Sociedade.**

Registo Central do Beneficiário Efectivo



### Qual o prazo para as Sociedades fazerem a declaração para registo do beneficiário efectivo?

Para as sociedades constituídas  
até 30/09/2018  
Registo até 30/04/2019

Para as sociedades constituídas  
Após 01/10/2018  
Registo no prazo de  
30 dias da constituição



Registo Central do Beneficiário Efectivo



### Qual o prazo para as Sociedades fazerem a declaração para registo do beneficiário efectivo?

Depois da primeira declaração:

- a) No prazo de 30 dias a contar do facto que determina alteração dos dados no RCBE;
- b) A partir de 2020, confirmação Anual até 15 de Julho de cada ano, com a IES, sendo a sociedade para tanto representada pelo Contabilista Certificado.



Registo Central do Beneficiário Efectivo



### Qual a informação que vai constar do registo do beneficiário efectivo?

A declaração e o posterior registo identificam:

- a) a entidade sujeita e a pessoa que declara;
- b) os titulares do capital social, discriminando-se a participação social de cada um dos sócios/accionistas, se se tratar de sociedades comerciais;
- c) os gerentes ou administradores ou quem exerça a gestão ou administração;
- d) a identificação do beneficiário efectivo, que é efectuada através da indicação do seu nome completo, data de nascimento, nacionalidade e naturalidade, residência, dados de documento de identificação, número de identificação fiscal e endereço electrónico de contacto.

Registo Central do Beneficiário Efectivo



### Quem pode consultar a informação do registo do beneficiário efectivo?

Toda a informação do RCBE será disponibilizada a:

- As autoridades judiciárias, policiais e sectoriais previstas na Lei 83/2017 de 18/08;
- A Autoridade Tributária

Para além destas entidades, a Lei nº 89/2017 de 21/08 diz no art. 19º que a informação sobre os beneficiários efectivos é **pública**

Sendo certo porém que a qualquer outra entidade a informação do beneficiário efectivo “*apenas*” será prestada quanto ao nome, mês e ano de nascimento, nacionalidade, país de residência e interesse económico detido. (*síte* prevê que se mencione o interesse na consulta).

Registo Central do Beneficiário Efectivo



### **Quem pode consultar a informação do registo do beneficiário efectivo?**

O acesso à informação sobre o beneficiário efectivo pode ser total ou parcialmente limitado, nos casos em que:

- a sua divulgação é susceptível de expor a pessoa ao risco de fraude, rapto, extorsão violência ou intimidação,
- ou
- se o beneficiário efectivo for menor ou incapaz

Sempre desde que tal seja fundamentadamente requerido ao Presidente do Conselho Directivo I.R.N. – I.P.

Registo Central do Beneficiário Efectivo



### **Quais as consequências de não proceder ao registo do beneficiário efectivo?**

Será feita a menção no RCBE de que a entidade sujeita está em incumprimento das suas obrigações declarativas para efeitos do RCBE.

Será igualmente feita a menção de que não foi feita a declaração de RCBE na matrícula do Registo Comercial.

Enquanto não se verificar o cumprimento da obrigatoriedade de declaração do beneficiário efectivo e de rectificação da informação (sempre que aplicável), as entidades sujeitas não poderão:

- a) distribuir lucros do exercício ou proceder a adiantamentos sobre lucros do exercício;
- b) celebrar (ou renovar) contratos de fornecimentos, empreitadas de obras públicas ou aquisição de serviços e bens com o Estado;

Registo Central do Beneficiário Efectivo



### **Quais as consequências de não proceder ao registo do beneficiário efectivo?**

- c) concorrer à concessão de serviços públicos;
- d) admitir à negociação em mercado regulamentado instrumentos financeiros representativos do seu capital social ou nele convertíveis;
- e) lançar ofertas públicas de distribuição de quaisquer instrumentos financeiros por si emitidos;
- f) Beneficiar dos apoios dos fundos europeus estruturais e de investimento públicos;
- g) intervir como parte em negócio que tenha por objecto a transmissão de propriedade, a título oneroso ou gratuito, ou a constituição, aquisição ou alienação de quaisquer outros direitos reais de gozo ou de garantia sobre quaisquer bens imóveis.

Registo Central do Beneficiário Efectivo



### **Quais as consequências de não proceder ao registo do beneficiário efectivo?**

É ainda de salientar que, sempre que qualquer acto implique a comprovação da situação tributária regularizada da entidade sujeita, será também exigida a comprovação do registo actualizado do beneficiário efectivo.

A prestação de falsas declarações para efeitos do registo do beneficiário efectivo, constitui a prática do crime de falsas declarações, previsto e punido com pena até dois anos de prisão, ou com pena de multa.



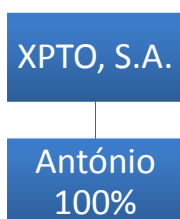
Registo Central do Beneficiário Efectivo



## Quem é o beneficiário efectivo?

Definição encontra-se no art. 30º da Lei nº 83/2017 de 18/08:

a) A pessoa ou pessoas singulares que, em última instância, detêm a propriedade ou o controlo, direto ou indireto, de uma percentagem suficiente de acções ou dos direitos de voto ou de participação no capital de uma pessoa coletiva.



Registo Central do Beneficiário Efectivo



## Quem é o beneficiário efectivo?

E se António não detiver 100%, mas apenas 25%?



Registo Central do Beneficiário Efectivo



## Quem é o beneficiário efectivo?

O Legislador estabeleceu um **indício**:

A detenção por alguém de

**mais de 25% do capital social**

de uma sociedade faz presumir que essa pessoa é o seu

**Beneficiário Efectivo.**

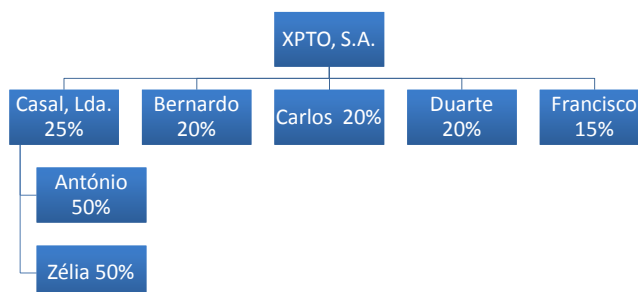
(art. 30º, nº 2, alínea a) da Lei 83/2017 de 18/08)

Registo Central do Beneficiário Efectivo



## Quem é o beneficiário efectivo?

E se esses 25% não forem detidos pelo António, mas sim por uma sociedade (Casal, Lda.) em que o António tem 50% e a mulher Zélia tem outros 50%?



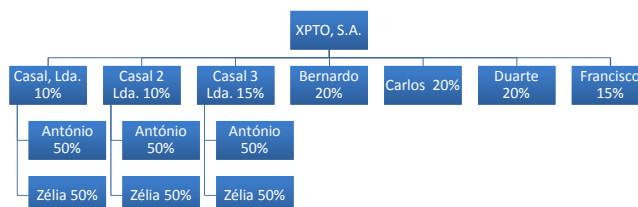
## Quem é o beneficiário efectivo?

As regras de registo do beneficiário efectivo implicam que se rastreie a titularidade até encontrar as pessoas singulares por trás do capital.

Neste caso, temos que considerar como beneficiários efectivos ambos os sócios da Casal, Lda., por se tratar de um caso de propriedade indirecta nos termos do art. 30º, nº 2, alínea b) i) da Lei 83/2017 de 18/08.

## Quem é o beneficiário efectivo?

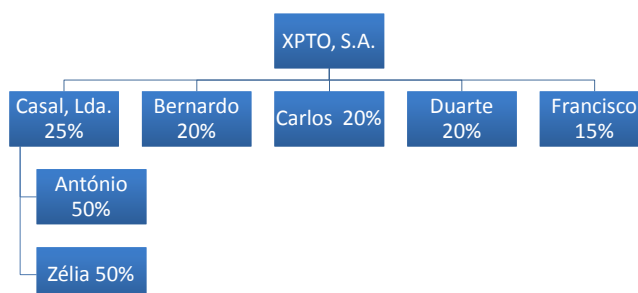
E se o António e a mulher repartirem essa sua participação de 25% por 3 sociedades, assim diluindo a mesma para valores inferiores a 25%?



Neste caso, o casal António e Zélia continua ser considerado como beneficiário efectivo, da XPTO, por se tratar de um caso de propriedade indirecta nos termos do art. 30º, nº 2, alínea b) ii) da Lei 83/2017 de 18/08.

### Quem é o beneficiário efectivo?

E os restantes sócios pessoas singulares da XPTO, S.A. (titulares de menos do que 25% do capital social), não se consideram seus beneficiários efectivos?



### Quem é o beneficiário efectivo?

Em princípio não. Não preenchem o critério do limiar mínimo do indício.

O que não quer dizer que não se possam declarar enquanto tais...

Mas, este

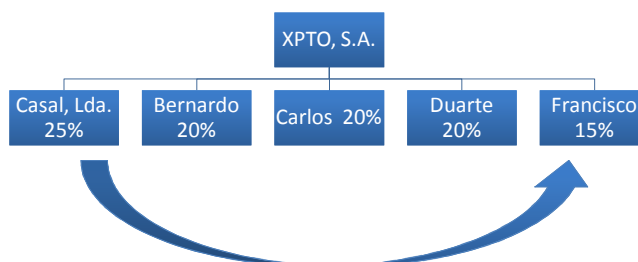
indício = presunção

A presunção pode ser afastada.

E a detenção de participação social não é único critério para aferir a identidade do beneficiário efectivo...

### Quem é o beneficiário efectivo?

Imaginemos agora que a Casal, Lda. vendeu as suas participações sociais ao Francisco, **reservando para si a propriedade** das mesmas até integral pagamento do preço, mas concedendo ao Francisco o gozo imediato de todos os direitos sociais, incluindo os de voto.

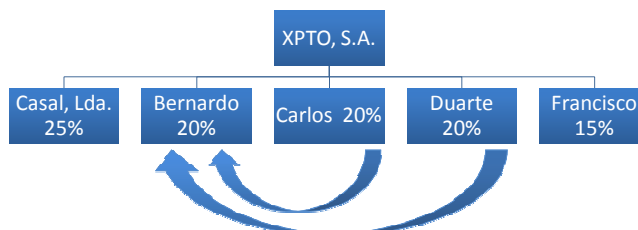


### Quem é o beneficiário efectivo?

Neste caso, o Francisco já passa a ser considerado beneficiário efectivo, pois detém uma percentagem relevante dos direitos de voto na XPTO.

O mesmo se passará, se porventura o Bernardo fizer um acordo parassocial com o Carlos e com o Duarte em que estes se obrigam a acompanhar sempre o seu direito de voto.

Aqui, o Bernardo também já será considerado Beneficiário Efectivo!

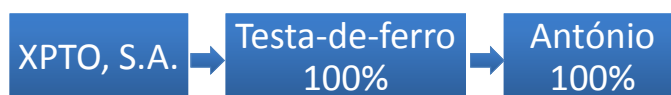


### Quem é o beneficiário efectivo?

Mas, a identificação do beneficiário efectivo visa também (ou sobretudo!) atingir e identificar os casos em que há divergência entre o beneficiário efectivo e o titular da participação que domina a pessoa colectiva.

Assim, nos termos do art. 30º, nº 1 alínea b) da Lei 83/2017 de 18/08:

b) Consideram-se beneficiários efectivos as pessoas singulares que exerçam **controlo** por outros meios sobre a pessoa colectiva



É no entanto pouco crível que a real titularidade seja reconhecida numa obrigação que é na sua maioria cumprida de forma auto-declarativa!

### Quem é o beneficiário efectivo?

Por último:

Se não tiver sido identificado o Beneficiário Efectivo com recurso aos critérios das duas alíneas anteriores

ou

Se subsistirem dúvidas de que a pessoa ou pessoas identificadas sejam os beneficiários efectivos

Então, nos termos do art. 30º, nº 1 alínea c) da Lei 83/2017 de 18/08:

c) Consideram-se beneficiários efectivos as pessoas singulares que detenham a “ *direcção de topo* ” da sociedade, *v.g.*, **gerentes e administradores**, mas não só, engloba também conceito de **gestão e administração de facto**.

## Outras novidades do Orçamento do Estado 2019



### Regimes Excepcionais de Regularização Tributária (RERT)

As declarações de regularização tributária emitidas ao abrigo dos RERT serão transmitidas pelo Banco de Portugal e pelas instituições financeiras intervenientes à Autoridade Tributária e Aduaneira, no prazo de 30 dias.

Sempre que, em procedimento inspetivo ou no âmbito de liquidação de imposto, seja ou tenha sido invocada pelos sujeitos passivos a regularização de dívida tributária ao abrigo dos RERT, a Autoridade Tributária e Aduaneira irá notificar os contribuintes para que, ao abrigo do dever de colaboração, no prazo de 90 dias, identifiquem as infrações abrangidas pelas normas de exclusão de responsabilidade previstas nesses regimes, indicando os factos tributários omitidos, descrevendo as operações subjacentes à obtenção do rendimento, à sua ocultação e ou à sua não tributação anterior aos RERT e a data e local da prática dos factos.

## Outras novidades do Orçamento do Estado 2019



### Regimes Excepcionais de Regularização Tributária (RERT)

O dever de colaboração não afeta a extinção das obrigações tributárias e a exclusão da responsabilidade por infrações tributárias que resulte da aplicação dos RERT.

As declarações de regularização tributária e a resposta dos contribuintes estão sujeitas ao sigilo fiscal e não poderão ser utilizadas como prova dos factos nele descritos contra os seus autores, sem prejuízo de poderem ser utilizadas para fundamentar diligências destinadas a confirmar a sua exatidão ou a sua não repetição, bem como a não regularização de outras dívidas tributárias.

No prazo de dois anos desde a disponibilização à Autoridade Tributária e Aduaneira das declarações de regularização tributária, considera-se verificado o requisito da alínea b) do n.º 1 do artigo 63.º-B da Lei Geral Tributária em relação aos beneficiários dos RERT (a Administração Tributária tem o poder de aceder a todas as informações ou documentos bancários, bem como a informações ou documentos de outras entidades financeiras, sem dependência do consentimento do titular dos elementos protegidos).

**Outras novidades na calha****Sigilo Bancário**

Se o diploma que foi aprovado na A.R. for promulgado pelo Presidente da República, em julho de 2019 os Bancos terão que prestar à Autoridade Tributária informação sobre os contribuintes que, no final de 2018, tinham aplicações financeiras acima de 50 mil euros.

Este tecto de 50 mil euros é por cliente e por instituição financeira (isto é, se um cliente tiver várias contas, elas são somadas) e abrange um leque muito amplo de aplicações desde depósitos clássicos, mas também a generalidade das contas com características de investimento, "*unit-links*" ou contas de custódia.

De sublinhar que estão em causa saldos e juros no final de cada ano, e não detalhes sobre o movimentos de contas.







Obrigado pela vossa atenção!

[www.mna.pt](http://www.mna.pt)

[pedro.avila@mna.pt](mailto:pedro.avila@mna.pt)

### Contactos

**PORTO** - Avenida da Boavista, 2121, 4º- S. 407 | 4100-130 | Porto

**ESPINHO** - Rua 7, 537 - 1º Esq 4500-369 | Espinho

**LISBOA** - Em associação: Barros Sales & Associados | Av. Fontes Pereira de Melo, 47 - 3º e 4º Esq. | 1050-120 | Lisboa

**BRAGA** - Em associação: Avenida da Liberdade, 682, 2º Esq. | 4710-130 | Braga

Tel.: +351 226 073 780 | Fax: +351 226 073 789 | Email: [geral@mna.pt](mailto:geral@mna.pt) | [www.mna.pt](http://www.mna.pt)